

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020			30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	239	4.145	259.344	81.175	Fornecedores	13	24.498	31.434	45.318	60.536
Contas a receber	4	82.148	51.872	132.017	89.938	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	6.997	-
Estoques	5	88.294	52.136	136.870	73.470	Partes relacionadas	8	75.144	71.753	-	-
Tributos a recuperar	6	64.039	53.212	120.990	88.986	Obrigações com pessoal	15	21.919	15.746	31.147	19.981
Partes relacionadas	8	201.223	68.920	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	26.015	21.235	39.779	31.029
Adiantamento a fornecedores		2.456	2.494	30.767	30.266	Provisão para benefício pós-emprego		2.582	2.582	7.211	7.211
Outros ativos		<u>2.101</u>	<u>5.284</u>	<u>22.232</u>	<u>12.907</u>	Obrigações de arrendamento	12	-	-	5.968	4.106
		440.500	238.063	702.220	376.742	Outros passivos	17	<u>29.630</u>	<u>36.909</u>	<u>49.296</u>	<u>98.382</u>
						Total do passivo circulante		<u>179.788</u>	<u>179.659</u>	<u>185.716</u>	<u>221.245</u>
Ativos mantidos para a venda	9	-	796	4.845	109.339						
Total do ativo circulante		<u>440.500</u>	<u>238.859</u>	<u>707.065</u>	<u>486.081</u>						
						NÃO CIRCULANTE					
NÃO CIRCULANTE						Empréstimos e financiamentos	14	-	9.327	31.375	66.388
Depósitos judiciais		9.044	8.848	12.692	12.202	Partes relacionadas	8	38.687	44.178	-	-
Tributos a recuperar	6	14.744	25.086	23.591	34.694	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	11.195	15.938	33.170	42.356
Partes relacionadas	8	2.005	3.447	-	-	Obrigações com pessoal	15	6.382	7.230	7.737	9.006
Outros ativos		831	814	2.285	2.270	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	59.358	62.495	78.105	81.613
Investimentos	7	282.608	192.425	-	-	Provisão para benefício pós-emprego		32.316	32.378	84.137	84.686
Ativo de direito uso	12	-	-	8.099	9.149	Provisão para desmobilização da mina		-	-	7.125	7.125
Imobilizado	10	130.335	110.951	222.442	199.730	Obrigações de arrendamento	12	-	-	2.158	5.070
Intangível	11	<u>651</u>	<u>1.107</u>	<u>663</u>	<u>1.142</u>	Provisão para perdas em investimentos	7	6.031	3.249	-	-
Total do ativo não circulante		440.218	342.678	269.772	259.187	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.(ii)	5.991	12.117	6.200	12.702
						Outros passivos	17	-	66	-	66
						Total do passivo não circulante		159.960	186.978	250.007	309.012
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	19.(i)	438.082	385.537	438.082	385.537
						Reservas de lucro		70.625	20.601	70.625	20.601
						Ações em tesouraria	19.(ii)	(174)	(174)	(174)	(174)
						Lucros / (Prejuízos) acumulados		61.092	(162.409)	61.092	(162.409)
						Outros resultados abrangentes		<u>(28.655)</u>	<u>(28.655)</u>	<u>(28.655)</u>	<u>(28.655)</u>
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		540.970	214.900	540.970	214.900
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	144	111
						Total do patrimônio líquido		540.970	214.900	541.114	215.011
TOTAL DOS ATIVOS		<u>880.718</u>	<u>581.537</u>	<u>976.837</u>	<u>745.268</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>880.718</u>	<u>581.537</u>	<u>976.837</u>	<u>745.268</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de reais - exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/01/2021 à 30/09/2021	01/01/2020 à 30/09/2020	01/07/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2021 à 30/09/2021	01/01/2020 à 30/09/2020	01/07/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020
RECEITA LÍQUIDA	21	595.747	345.347	202.791	150.931	833.580	453.970	275.978	201.139
CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	(377.716)	(277.016)	(130.241)	(107.119)	(461.746)	(329.333)	(157.269)	(124.546)
LUCRO BRUTO		<u>218.031</u>	<u>68.331</u>	<u>72.550</u>	<u>43.812</u>	<u>371.834</u>	<u>124.637</u>	<u>118.709</u>	<u>76.593</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS									
Despesas com vendas	22	(36.940)	(26.159)	(13.217)	(10.427)	(65.576)	(38.490)	(21.770)	(15.340)
Gerais e administrativas	22	(35.227)	(31.691)	(12.917)	(13.834)	(60.663)	(53.368)	(22.592)	(21.936)
Remuneração da administração	8 e 22	(4.924)	(3.250)	(708)	(1.161)	(5.743)	(4.102)	(1.527)	(1.480)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	23	4.675	76.955	7.442	7.304	35.941	29.564	40.044	6.695
Resultado da equivalência patrimonial	7	87.400	(39.543)	46.391	14.457	-	-	-	-
Total das despesas operacionais		<u>14.984</u>	<u>(23.688)</u>	<u>26.991</u>	<u>(3.661)</u>	<u>(96.041)</u>	<u>(66.396)</u>	<u>(5.845)</u>	<u>(32.061)</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>233.015</u>	<u>44.643</u>	<u>99.541</u>	<u>40.151</u>	<u>275.793</u>	<u>58.241</u>	<u>112.864</u>	<u>44.532</u>
Resultado financeiro	24	(1.544)	(3.408)	(1.733)	3.300	(1.698)	(7.675)	4.859	2.986
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>231.471</u>	<u>41.235</u>	<u>97.808</u>	<u>43.451</u>	<u>274.095</u>	<u>50.566</u>	<u>117.723</u>	<u>47.518</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Correntes	20.(i)	(21.528)	(3.520)	(5.941)	(3.520)	(64.495)	(12.496)	(25.785)	(7.559)
Diferidos	20.(i)	6.127	-	6.127	-	6.503	(414)	6.076	(4)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>216.070</u>	<u>37.715</u>	<u>97.994</u>	<u>39.931</u>	<u>216.103</u>	<u>37.656</u>	<u>98.014</u>	<u>39.955</u>
ATRIBUÍVEL A:									
Acionistas controladores						216.070	37.715	97.994	39.931
Acionistas não controladores						33	(59)	20	24
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>216.103</u>	<u>37.656</u>	<u>98.014</u>	<u>39.955</u>	<u>216.103</u>	<u>37.656</u>	<u>98.014</u>	<u>39.955</u>
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$		<u>3,4982</u>	<u>0,7288</u>	<u>1,5865</u>	<u>0,7733</u>	<u>3,4982</u>	<u>0,7288</u>	<u>1,5865</u>	<u>0,7733</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	216.070	37.715	216.103	37.656
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>216.070</u>	<u>37.715</u>	<u>216.103</u>	<u>37.656</u>
ATRIBUÍVEL A:				
Acionistas controladores			216.070	37.715
Acionistas não controladores			<u>33</u>	<u>(59)</u>
			<u>216.103</u>	<u>37.656</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
					Subvenção para investimentos	Retenção de Lucros					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		338.967	-	(174)	19.437	-	(319.912)	(41.140)	(2.822)	44	(2.778)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	46.570	-	-	-	-	-	46.570	-	46.570
Aumento de capital		46.570	(46.570)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do período	19.(iii)	-	-	-	-	-	37.715	-	37.715	(59)	37.656
Dividendos prescritos		-	-	-	-	1	-	-	1	-	1
Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas		-	-	-	-	(85)	-	-	(85)	85	-
SALDOS EM 30 SETEMBRO DE 2020		<u>385.537</u>	<u>-</u>	<u>(174)</u>	<u>19.437</u>	<u>(84)</u>	<u>(282.197)</u>	<u>(41.140)</u>	<u>81.379</u>	<u>70</u>	<u>81.449</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		<u>385.537</u>	<u>-</u>	<u>(174)</u>	<u>20.686</u>	<u>(85)</u>	<u>(162.409)</u>	<u>(28.655)</u>	<u>214.900</u>	<u>111</u>	<u>215.011</u>
Aumento de capital	19.(i)	110.000	-	-	-	-	-	-	110.000	-	110.000
Diminuição de capital com absorção de prejuízo acumulado	19.(i)	(57.455)	-	-	-	-	57.455	-	-	-	-
Lucro do período	19.(iii)	-	-	-	-	-	216.070	-	216.070	33	216.103
Subvenção para investimentos	19.(v)	-	-	-	50.024	-	(50.024)	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021		<u>438.082</u>	<u>-</u>	<u>(174)</u>	<u>70.710</u>	<u>(85)</u>	<u>61.092</u>	<u>(28.655)</u>	<u>540.970</u>	<u>144</u>	<u>541.114</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		231.471	41.234	274.095	50.565
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	7	(87.400)	39.543	-	-
Depreciação e amortização	22	8.131	5.663	12.371	14.528
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		-	(864)	2.529	(774)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	4	254	663	245	1.271
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5	(539)	(1.134)	(2.378)	1.441
Perda estimada para redução ao valor recuperável		-	(71.636)	(2.193)	(26.563)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	(3.137)	1.817	(3.508)	1.158
Provisão para benefícios pós-emprego		(62)	-	(549)	-
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		1.720	1.373	1.346	1.347
Amortização do direito de uso		-	-	-	837
		150.438	16.659	281.958	43.810
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(30.529)	(22.760)	(39.702)	(37.914)
Partes relacionadas a receber		(132.175)	(56.444)	-	-
Estoques	5	(35.619)	35.159	(61.022)	46.256
Tributos a recuperar		3.464	(1.777)	(17.651)	(7.381)
Depósitos judiciais		(196)	(95)	(490)	(686)
Disponível para venda		796	-	104.494	-
Outros ativos		3.202	(3.391)	(9.841)	(10.771)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(7.401)	3.734	(15.669)	5.452
Partes relacionadas a pagar		(3.380)	(9.802)	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(3.565)	8.982	(7.512)	6.173
Obrigações com pessoal	15	5.325	6.086	9.897	6.361
Benefício pós-emprego		-	(458)	-	672
Outros passivos		(7.346)	15.157	(49.117)	16.772
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(56.986)	(8.950)	195.345	68.744
Juros pagos		-	(327)	(1.517)	(502)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.870)	(1.026)	(60.703)	(8.166)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(78.856)	(10.303)	133.125	60.076
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuo com empresas ligadas a receber		1.336	-	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	10 e 11	(27.060)	(2.402)	(33.890)	(6.816)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(25.724)	(2.402)	(33.890)	(6.816)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	569	29.452	1.594	48.365
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(9.895)	(66.291)	(30.679)	(97.866)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	46.570	-	46.570
Aumento do Capital Social		110.000	-	110.000	-
Operações com arrendamento		-	-	(1.981)	(810)
Caixa líquido gerado/(aplicado nas) pelas atividades de financiamento		100.674	9.731	78.934	(3.741)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.906)	(2.974)	178.169	49.519
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do período	3	4.145	3.871	81.175	9.358
No fim do período	3	239	897	259.344	58.877
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.906)	(2.974)	178.169	49.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	21	780.202	457.378	1.033.391	574.373
Outras receitas		(1.834)	394	(6.579)	3.519
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	22	(254)	(667)	(245)	(1.274)
		<u>778.114</u>	<u>457.105</u>	<u>1.026.567</u>	<u>576.618</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(338.088)	(240.812)	(419.050)	(283.963)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(115.536)	(85.458)	(151.687)	(122.501)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação		-	71.636	5.645	25.136
Outros descontos, abatimentos e doações		(482)	(1.265)	(482)	(1.362)
		<u>(454.106)</u>	<u>(255.899)</u>	<u>(565.574)</u>	<u>(382.690)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		324.008	201.206	460.993	193.928
Depreciação, amortização e exaustão	22	(8.131)	(5.663)	(12.371)	(14.936)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>315.877</u>	<u>195.543</u>	<u>448.622</u>	<u>178.992</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	7	87.400	(39.543)	-	-
Receitas financeiras		3.895	1.218	29.502	17.444
Outras		8.748	361	34.732	1.766
		<u>100.043</u>	<u>(37.964)</u>	<u>64.234</u>	<u>19.210</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		415.920	157.579	512.856	198.202
Pessoal:					
Remuneração direta		46.545	35.593	73.018	53.470
Benefícios		20.963	16.407	32.480	26.357
FGTS		3.520	2.880	4.975	3.667
		<u>71.028</u>	<u>54.880</u>	<u>110.473</u>	<u>83.494</u>
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		80.686	25.557	128.322	28.180
Estaduais		34.032	23.315	9.773	8.611
Municipais		1.639	2.009	2.297	2.769
		<u>116.357</u>	<u>50.881</u>	<u>140.392</u>	<u>39.560</u>
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		5.439	9.209	31.200	31.035
Aluguéis		7.026	4.894	14.688	6.457
		<u>12.465</u>	<u>14.103</u>	<u>45.888</u>	<u>37.492</u>
Remuneração de capitais próprios:					
Lucro do período	19.(iii)	216.070	37.715	216.070	37.715
Participação dos não controladores nos lucros/prejuízos do período		-	-	33	(59)
		<u>216.070</u>	<u>37.715</u>	<u>216.103</u>	<u>37.656</u>
		<u>415.920</u>	<u>157.579</u>	<u>512.856</u>	<u>198.202</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Eternit S.A. - em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o *ticker* ETER3 na B3 S.A - Brasil Bolsa Balcão (“B3”). Reconhecida no mercado brasileiro como “a marca da coruja”, a Eternit é líder de mercado na comercialização de telhas de fibrocimento e atualmente possui 6 parques industriais, 1 mineradora e 1 unidade de demonstração do projeto telhas fotovoltaicas.

As unidades estão localizadas nas cidades de Colombo-PR, Rio de Janeiro-RJ, Atibaia-SP, Goiânia-GO, Minaçu-GO, Simões Filho-BA e Manaus-AM.

A Companhia e suas controladas (aqui denominadas “Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos para os segmentos de coberturas (telhas de fibrocimento e telhas de concreto) e de soluções construtivas (placas cimentícias e painel wall), bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a Companhia tem como acionistas pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações e está sediada na cidade de São Paulo - SP.

As demonstrações consolidadas do Grupo incluem as informações contábeis da Eternit S.A. e as de suas controladas no período findo em 30 de setembro de 2021, conforme descrito abaixo:

Controlada	Participação	Tipo de Controle	Localização/ Sede	Atividade principal
Sama S.A. Minerações Associadas	100%	Direto	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento da fibra crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	100%	Direto	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda. (i)	100%	Direto	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	100%	Direto	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais e comerciais.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	100%	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras sintéticas de polipropileno utilizadas em materiais de construção.
Atena Consultoria e Participações Ltda.	100%	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	100%	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Engedis Distribuição Ltda.	100%	Indireto	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. “CSC” (ii)	100%	Direto	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização e distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.
Tégula Solar Fabricação e Comercialização de Materiais de Construção Ltda. (iii)	100%	Indireto	Atibaia/SP	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, bem como peças e acessórios.

(i) Operação descontinuada desde 31 de maio de 2019.

(ii) Operação descontinuada desde 22 de abril de 2020.

(iii) Em fase pré-operacional.

Os principais produtos industrializados e comercializados pelo Grupo, assim como informações por segmento estão descritos na nota explicativa nº 25.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1.1 Recuperação judicial

A Companhia, juntamente com suas controladas, ajuizou um pedido de recuperação judicial em 19 de março de 2018 perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

A decisão de ajuizamento foi aprovada pelos acionistas da Companhia e pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018 e deferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018, cuja decisão foi publicada em 3 de maio de 2018.

A versão final do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) foi apresentada em 25 de abril de 2019, a qual foi aprovada em Assembleia Geral de Credores em 29 de maio de 2019.

Esse plano foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP em 30 de maio de 2019, sendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11 de junho de 2019, data em que se iniciam os prazos para cumprimento do respectivo plano. O plano homologado contempla quatro classes, à saber:

A Classe I de credores contempla os titulares de créditos trabalhistas, cujos pagamentos foram divididos em três categorias:

- (i) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários mínimos com prazo de pagamento em 30 dias após a homologação do plano.
- (ii) Demais valores até o limite de R\$ 250 serão pagos integralmente em até 12 meses.
- (iii) Saldos excedendo R\$ 250 serão quitados com novas ações emitidas pela Companhia, ou no caso de exercício do direito de preferência pelos acionistas, com os recursos obtidos com o aumento de capital.

Após a homologação do plano, alguns credores trabalhistas interpuseram agravo de instrumento contra a decisão de homologação em razão da forma de pagamento prevista (pagamento linear até o montante de R\$ 250 e o saldo remanescente acima de R\$ 250 após pagamento linear por meio de emissão de ações decorrente do aumento do capital da Eternit).

Em função de uma decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o Grupo opôs embargos de declaração a fim de questionar a decisão, já que esse entendimento é contrário ao entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Enunciado XIII do próprio TJSP.

Os embargos foram julgados e rejeitados pelo TJSP, levando a Companhia a ingressar com recurso especial no STJ. Paralelamente, o juiz autorizou o pagamento dos créditos trabalhistas com os recursos obtidos no aumento de capital aos credores da Classe I, então depositados em juízo.

Em 30/09/2021, o saldo da Classe I totalizou R\$ 2.383, referentes a novos créditos habilitados.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Classe II de credores contempla apenas um credor com garantia real, cujo pagamento teve carência de 12 meses a contar da data de homologação do plano e com a incidência de juros de 8,24% a.a. e bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento. Os pagamentos serão realizados em 126 parcelas mensais.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que receberão o pagamento inicial de R\$ 3, limitado ao valor do crédito, em até 180 dias a contar da data de homologação. O pagamento do saldo restante considera duas opções de recebimento a critério do credor:

- (i) Opção A: Limitado a R\$ 50.000 por credor, com a possibilidade de recebimento por meio de dação de imóvel em processo competitivo, com consequente quitação do seu crédito, integral ou parcial, incorrendo em deságio de 30% sobre o montante ofertado (imóvel utilizado em dação). Os saldos remanescentes após a dação terão seus créditos quitados através da Tranche A e da Parcela A. A primeira corresponde a 15% do saldo e será remunerada à taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, a primeira vencendo em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela A, representa 85% do saldo e será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data de homologação, podendo ser antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação dos ativos imobiliários elencados no Plano (Quadro 5-A).
- (ii) Opção B: Pagamento com a aplicação de 45% de deságio sobre os créditos quirografários limitado, após o deságio, a R\$ 50.000, pago através da Tranche B e da Parcela B. A primeira, representa 27% do saldo após deságio e será remunerada à taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, a primeira vencendo em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela B correspondendo a 73% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga numa parcela única no 102º mês a partir da data de homologação, podendo ser antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos elencados no plano (Quadro 5-B). Como meio de aceleração do pagamento será procedida a alienação do ativo imobilizado da UPI Louças Sanitárias (CSC).

Os valores de cada credor quirografário que superarem o limite de R\$ 50.000, conforme descrito nas Opções A e B, serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Controladora, com carência de 102 meses e vencimento “*bullet*” em 120 meses após o término da carência e o saldo corrigido pela Taxa Referencial (“TR”). Após o exercício da opção pelos credores, não houve credor individual com créditos superiores a R\$ 50.

Durante o ano de 2021, procedeu-se a liquidação financeira da alienação da UPI Louças Sanitárias (CSC), tendo a Companhia recebido o montante líquido de R\$ 97.500 líquido do *success fee* do *advisor* de M&A. Com o recurso advindo dessa alienação, a Companhia realizou pagamentos no montante de R\$ 92.200 aos credores concursais da Classe III, quitando a totalidade dos créditos da Opção B e antecipando cerca de 82% do saldo dos credores da Opção A aptos para recebimento na data.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia também realizou leilão judicial de alienação do imóvel de Aparecida de Goiânia, sendo o lance vencedor de R\$ 24.500 tendo a sua liquidação financeira no mês de setembro de 2021. Através do recurso proveniente dessa alienação, a Companhia realizou pagamento integral dos créditos detidos pelos credores concursais da Opção A aptos para recebimento na data no montante de R\$ 8,3 milhões.

Em 30/09/2021, o saldo da Classe III totalizou R\$ 3.420 e US\$ 125 decorrentes de credores concursais que não estavam aptos para recebimento na data do pagamento. Dessa forma, o saldo desta classe não será mais corrigido.

A Classe IV é composta por microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 2 por credor, em parcela única e limitada ao seu crédito, vencendo em até 180 dias a contar da data de homologação. O saldo remanescente, limitado ao montante de R\$ 250, será pago em até 18 meses a partir da data de homologação com a correção de 100% do CDI.

Em 30/09/2021, o saldo da Classe IV totalizou R\$ 1.060 decorrente de credores concursais que não estavam aptos para recebimento na data do pagamento. Diante disso, o saldo desta classe não será mais corrigido.

O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 30 de setembro de 2021. Foram realizados pagamentos nos montantes de R\$152.897 e US\$1.246, destes um valor correspondente a R\$ 40.400 na forma de dação de imóveis da controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. De acordo com a opção exercida pelos credores, foram aplicados os descontos previstos no Programa de Recuperação Judicial nos montantes de R\$ 55.153 e de US\$ 763.

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Haircut	Dação	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Juros/ Encargos	Pagtos. Realizados	Saldo Final
Classe I - Credores Trabalhistas	6.466	-	-	2.564	-	(6.647)	2.383
Classe II - Credores com Garantia Real	36.225	-	-	-	6.846	(4.700)	38.372
Classe III - Credores Quirografários:							
Opção A - R\$	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.873)	3.362	(48.027)	3.420
Opção A - US\$	953	-	-	(520)	1	(309)	125
Opção B - R\$	84.097	(37.839)	-	-	3.242	(49.500)	-
Opção B - US\$	1.696	(763)	-	-	5	(938)	-
Classe IV - Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	4.612	-	-	-	71	(3.623)	1.060
Total - R\$	239.072	(55.153)	(40.400)	691	13.521	(112.497)	45.235
Total - US\$	2.649	(763)	-	(520)	6	(1.247)	125

A dívida concursal em 30 de setembro de 2021 totalizou R\$45.234 e US\$ 125 em moeda estrangeira, equivalente a R\$ 680 (R\$ 5,4394: 1 US\$).

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado e a ata da Assembleia Geral de Credores foram disponibilizadas no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e no site de Relações com Investidores da Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1.2 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando e está convencida de que apesar das questões advindas da recuperação judicial, da questão jurídica do mineral crisotila no Brasil e das incertezas da pandemia da COVID-19 ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

a) Recuperação judicial

A recuperação judicial continua em curso e faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas, tendo como objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos através de modernização de suas unidades fabris, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios, além do efeito de proteção contra as ações e possíveis execuções que possam recair sobre o Grupo.

Com a quitação dos credores da Classe III, para o encerramento da Recuperação Judicial, a Companhia aguarda o desfecho do julgamento do seu Recurso Especial interposto perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), visando restabelecer o plano original de pagamento dos credores da Classe I, devidamente homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, em 30 de maio de 2019.

b) A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal n.º 9.055/95, Decreto n.º 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 proposta pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Ela foi julgada em 24 de agosto de 2017, onde 5 votos foram declarados pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e 4 votos pela sua improcedência e constitucionalidade.

De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos 6 dos 11 ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado.

No julgamento, foi declarada por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em função da publicação dessa decisão, no início de dezembro de 2017 o Grupo suspendeu as atividades de suas controladas SAMA (mineradora) e Precon (fabricante de telhas de fibrocimento). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando normalmente através da utilização da fibra sintética de polipropileno produzida na unidade de Manaus.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 - (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria-prima.

Em face da decisão acima, o Grupo retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar a crisotila como matéria-prima na fabricação de telhas de fibrocimento. Atualmente, a produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzidas em sua unidade de Manaus.

Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização da fibra de crisotila no mercado nacional direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo STF do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração opostos em 8 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Sama continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila.

Ao longo de 2020, o Grupo informou ao mercado que a controlada Sama retomou suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

Em 19/08/2021, a controlada Sama foi notificada pelo Juízo da Comarca de Uruaçu-GO por meio do mandado de citação e intimação tendo tomado conhecimento da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, cuja decisão liminar proferida determinou a imediata suspensão das atividades da sua controlada Sama, com sede na cidade de Minaçu-GO. Assim, a Companhia paralisou suas atividades cumprindo a referida decisão.

Em 03/09/2021 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) sustou os efeitos da decisão proferida na Ação Civil Pública n. 1002022-72.2021.4.01.3505, em trâmite na Subseção Judiciária de Uruaçu (GO), até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal. Diante disso, a Sama retomou as suas atividades. Atualmente, a Sama está operando normalmente amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514.

Dessa forma, a Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra Lei nº 20.514 do Estado de Goiás (ADI nº 6.200).

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Com relação à controlada Precon, fabricante de telhas de fibrocimento, essa unidade foi descontinuada em função da proibição do uso da crisotila na fabricação de telhas no território nacional. Assim, a Administração da Companhia avaliou as alternativas de melhor retorno econômico para utilização dos ativos dessa controlada localizada na cidade de Anápolis-GO. Foi decidido pela desmobilização da fábrica e transferência dos equipamentos para as unidades da Eternit em Goiânia e Colombo, visando aumento na capacidade, melhoria de qualidade e ganho de confiabilidade nessas unidades.

Diante do cenário de incerteza, o Grupo avaliou os ativos imobilizados de suas controladas Sama e Precon e decidiu reconhecer a perda de valor recuperável desses ativos (*impairment*), conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e nº 11.

c) Coronavírus

Em meio à recuperação da atividade econômica no País, ainda que de forma desigual entre setores, o segmento de construção civil manteve o ritmo acelerado de crescimento observado em 2020 e segue em alta durante o ano de 2021.

As projeções realizadas pela (“ABRAMAT”) - (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), indicam um crescimento de 8% para o setor de materiais de construção, sugerindo, desta, forma que o ano de 2021 terá o melhor desempenho anual da década, em termos de faturamento deflacionado.

Dessa forma, as projeções da ABRAMAT corroboram com o excelente desempenho operacional da Companhia, que ao final do período apurou caixa líquido no montante de R\$ 220.972, uma posição das contas a receber de R\$ 132.017, ao qual são suficientes para fazer frente às suas obrigações e dar prosseguimento a seus negócios.

Além disso, a Companhia possui um acervo de ativos não operacionais no montante de R\$ 19.563 e linhas de créditos pré-aprovadas com bancos e fundo de investimento em direitos creditórios (FDIC).

Assim, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando e está convencida de que, apesar da incerteza na duração da pandemia, ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

2. Base para preparação, apresentação das informações trimestrais e principais políticas contábeis

Ao elaborar as informações trimestrais intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou critérios de divulgação baseados em regulamentos, relevância das transações e mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira, bem como desempenho da Companhia e de suas controladas desde o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e atualização de informações relevantes incluídas nas demonstrações financeiras anuais divulgadas em 02 de março de 2021.

2.1 Políticas contábeis

Não há novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia e por suas controladas que, na opinião da Administração, possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

2.2 Declaração de conformidade e base para preparação

As informações trimestrais intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As principais políticas contábeis aplicadas nessas informações intermediárias individuais e consolidadas são consistentes com as políticas descritas na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, arquivadas na CVM em 02 de março de 2021.

Essas informações contábeis intermediárias não incluem todos os requerimentos de demonstrações financeiras anuais ou completas. Desta forma, elas devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Além disso, estas informações contábeis intermediárias não incluem as seguintes notas explicativas, seja por redundância ou por relevância em relação ao que já foi apresentado nas demonstrações financeiras anuais:

Nota 18 - Provisão para benefício pós-emprego;

Nota 21 - Provisão para desmobilização da mina;

Nota 32 - Provisão de reestruturação e desmobilização;

2.3 Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito a seguir:

- (i) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
- (ii) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Companhia e de suas controladas. Controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração do Grupo Eternit, baseada nos estatutos, controla as empresas listadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas entidades.

A participação dos acionistas não controladores nas empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Nas informações contábeis intermediárias individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- (ii) Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.5 Aprovação das demonstrações financeiras

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Administração e ratificadas pelo Conselho Fiscal da Companhia em 09 de novembro de 2021.

2.6 Principais práticas contábeis

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As principais premissas e estimativas para o período findo em 30 de setembro de 2021 estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	221	560	1.480	1.261
Aplicações financeiras (i)	18	3.585	257.864	79.914
	<u>239</u>	<u>4.145</u>	<u>259.344</u>	<u>81.175</u>

- (i) Em 30 de setembro de 2021, aplicações financeiras de liquidez imediata e em CDBs (Certificados de Depósito Bancário) possuem carência de 30 a 180 dias. Os investimentos com liquidez imediata são remunerados pela taxa de 0,11% a.a. (0,09% a.a. em 31 de dezembro de 2020), já as aplicações em CDB são remuneradas pela taxa média de 104,88% do CDI.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Mercado interno	82.816	56.358	87.566	63.421
Mercado externo (i)	-	-	47.358	35.940
	82.816	56.358	134.924	99.361
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(668)	(4.486)	(2.907)	(9.423)
	82.148	51.872	132.017	89.938

(i) Exportações da fibra de crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho de 2019 e regulamentada pelo decreto nº 9.518 de setembro de 2019.

Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
A vencer:				
Até 1 ano	79.898	50.505	117.188	78.205
Valores vencidos:				
Até 90 dias	1.514	825	14.121	11.419
Entre 91 e 180 dias	351	82	482	272
Entre 181 e 360 dias	214	385	521	561
Acima de 360 dias	839	4.561	2.612	8.904
	82.816	56.358	134.924	99.361
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(668)	(4.486)	(2.907)	(9.423)
	82.148	51.872	132.017	89.938

Movimentação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(4.486)	(6.309)	(9.423)	(10.566)
Adições	(1.257)	(9.579)	(1.988)	(11.996)
Reversões	1.003	9.767	1.743	11.484
Baixa definitiva	4.072	1.635	6.761	1.655
Saldo final	(668)	(4.486)	(2.907)	(9.423)

Em 30 de setembro de 2021 não houve movimentações atreladas a operações financeiras.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

5. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Produtos acabados	29.114	21.062	55.261	29.654
Produtos semiacabados	32.235	15.519	35.227	18.849
Mercadorias para revenda	1.448	1.696	3.242	8.236
Matérias-primas	19.927	10.307	28.079	12.723
Materiais auxiliares	11.784	10.305	32.402	23.727
(-) Perda para redução ao valor realizável líquido	(6.214)	(6.753)	(17.341)	(19.719)
	<u>88.294</u>	<u>52.136</u>	<u>136.870</u>	<u>73.470</u>

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(6.753)	(7.952)	(19.719)	(22.797)
Adições	(3.141)	(2.373)	(3.950)	(45.378)
Reversões	3.680	3.572	6.328	48.456
Saldo final	<u>(6.214)</u>	<u>(6.753)</u>	<u>(17.341)</u>	<u>(19.719)</u>

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.299	863	22.633	15.381
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (i)	3.346	16.337	5.488	17.937
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (i) e (iii)	13.717	9.337	17.363	13.061
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	596	15	1.652	1.200
Programa de integração social - PIS(ii)	9.088	9.082	14.251	12.585
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS(ii)	41.860	41.831	59.700	51.633
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	-	-	2.901	2.769
Outros	8.877	833	20.593	9.114
	<u>78.783</u>	<u>78.298</u>	<u>144.581</u>	<u>123.680</u>
Circulante	64.039	53.212	120.990	88.986
Não circulante	14.744	25.086	23.591	34.694

- (i) Restituição de IRPJ e IRRF dos anos base 1998 e 1999, que não prescreveram, segundo a Lei Complementar 118/2005. Em 11/12/2020 através do acórdão 144866399, o direito do crédito foi reconhecido judicialmente em definitivo com trânsito julgado. Em Jul/2021 à Receita Federal do Brasil (RFB), homologou o pedido de habilitação dos créditos e dessa forma, os valores estão sendo compensados através de declaração de compensação.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (ii) Por meio de um mandado de segurança, o Grupo obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS. Tal decisão consentiu o direito ao Grupo de reconhecer o valor de R\$ 58.432 dos referidos tributos em outras receitas operacionais em 2020, com base no Despacho Decisório nº 721/2020 emitido pela Receita Federal do Brasil em 16/07/2020. O pedido de habilitação foi homologado pela RFB, dessa forma, os valores estão aptos a serem compensados através de declaração de compensação.
- (iii) Em julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, bem como o processo específico da Companhia ainda pender de julgamento, com base na sua melhor estimativa até a presente data a Companhia reavaliou o julgamento sobre esta ação judicial, conforme requerido pelo ICPC22/IFRIC23 e registrou crédito no valor de R\$ 8 milhões. Após o trânsito em julgado da ação judicial da Companhia, os referidos montantes serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da RFB.

7. Investimentos e provisão para perda em investimentos

	Controladora	
	30/09/2021	31/12/2020
Saldo inicial	192.425	139.481
Adições (reduções) aos investimentos	-	24.032
Resultado da equivalência patrimonial	87.400	19.923
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	-	5.740
Transferência para provisão para perdas em investimentos	2.783	3.249
Saldo final	282.608	192.425

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Investimentos nas controladas:

30/09/2021 Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Mais valia	Total em provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas	242.415	118.032	124.383	66.269	99,99%	-	66.269	-	124.383	-	-	124.383
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	49.643	16.890	32.753	663	99,70%	-	661	-	32.655	-	-	32.655
Precon Goiás Industrial Ltda.	42.832	17.585	25.247	(6.633)	99,99%	-	(6.633)	-	25.246	-	-	25.246
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (*)	38.991	34.062	4.929	(3.230)	73,90%	-	(2.387)	-	3.642	3.297	-	6.939
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	169.016	74.232	94.784	33.006	99,99%	(729)	32.273	(1.390)	93.384	-	-	93.385
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	32.520	38.552	(6.032)	(2.783)	99,99%	-	(2.783)	-	(6.031)	-	6.031	-
Total	575.417	299.353	276.064	87.292		(729)	87.400	(1.390)	273.279	3.297	6.031	282.608

31.12.2020 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de investimento	Mais valia	Total em provisão para perdas em investimento	Total em investimento
Sama S.A. - Minerações Associadas	167.807	109.693	58.114	43.046	100,0%	-	43.046	-	58.114	-	-	58.114
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	50.518	18.427	32.090	(7.325)	99,70%	-	(7.303)	-	31.995	-	-	31.995
Precon Goiás Industrial Ltda.	48.285	16.405	31.880	(3.363)	99,99%	-	(3.363)	-	31.878	-	-	31.878
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (*)	119.929	111.769	8.160	(27.256)	73,90%	-	(20.140)	-	6.030	3.297	-	9.327
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	144.525	82.747	61.778	13.168	99,99%	667	13.833	(661)	61.111	-	-	61.111
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	24.807	28.057	(3.249)	(6.151)	99,99%	-	(6.150)	-	(3.249)	-	3.249	-
Total	555.871	367.098	188.773	12.119		667	19.923	(661)	185.879	3.297	3.249	192.425

Notas explicativas as informações trimestrais - ITR

Exercício findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

8. Partes relacionadas

Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

Controlada	Controladora			
	30/09/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	(20.568)	-	(20.568)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	195.292	-	59.961	(49)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	1.170	(37.283)	2.797	(32.707)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	(24.025)	26	(24.006)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(17.031)	-	(17.620)
Sama S.A.	692	(14.893)	1.692	(20.902)
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A	25	(15)	499	(50)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	6.049	(16)	7.392	(29)
Total controladas	<u>203.228</u>	<u>(113.831)</u>	<u>72.367</u>	<u>(115.931)</u>
Circulante	201.223	(75.144)	68.920	(71.753)
Não circulante	2.005	(38.687)	3.447	(44.178)

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Adiantamento a fornecedores (vi)		Mútuo (iii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de crédito (v)		Total	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
No ativo														
Controlada														
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	195.292	59.961	-	-	195.292	59.961
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	875	417	295	2.380	-	-	-	-	-	-	1.170	2.797
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	6	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	-	468	24	24	-	-	-	7	-	-	-	-	24	499
Sama S.A.	69	937	623	755	-	-	-	-	-	-	-	-	692	1.692
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	5	54	4.065	4.055	-	-	-	1.303	-	-	1.980	1.980	6.050	7.392
Total controladas	74	1.465	5.587	5.271	295	2.380	-	1.310	195.292	59.961	1.980	1.980	203.228	72.367
No passivo														
Controlada														
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.568)	(20.568)	-	-	(20.568)	(20.568)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	(37.269)	(31.122)	(14)	186	-	-	-	-	-	-	-	(1.771)	(37.283)	(32.707)
Precon Goiás Industrial Ltda.	(61)	(513)	(119)	(268)	(23.845)	(23.225)	-	-	-	-	-	-	(24.025)	(24.006)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	(46)	(55)	-	(580)	(503)	(503)	(16.482)	(16.482)	-	-	(17.031)	(17.620)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	(1)	(50)	(14)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15)	(50)
Sama S.A.	(12)	(12)	(39)	(517)	(14.842)	(20.373)	-	-	-	-	-	-	(14.893)	(20.902)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	-	(19)	(16)	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16)	(29)
Total	(37.343)	(31.716)	(248)	(713)	(38.687)	(44.178)	(503)	(503)	(37.050)	(37.050)	-	(1.771)	(113.831)	(115.931)

(i) Fornecimento de matéria-prima (fibra sintética) e/ ou produtos acabados e prestação de serviços e/ ou contratos de locação, eliminados nas informações contábeis consolidadas do Grupo.

(ii) Reembolsos de despesas corporativas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.

(iii) Contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% e 122% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

(iv) Valores transferidos à controlada Atena e Cordoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo e dação de imóveis em cumprimento do plano de recuperação judicial.

(v) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.

(vi) Compra antecipada de insumo para a produção de polipropileno.

Notas explicativas as informações trimestrais - ITR

Exercício findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. A seguir estão demonstradas essas transações até 30 de setembro de 2021.

	Vendas		Compras		Despesas administrativas		Outras despesas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita	
	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
No resultado Controlada												
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	(101)	-	-	(76)	-	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	(113.216)	60.537	-	-	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(730)	(809)	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sama S.A.	-	-	-	1.276	-	-	-	-	(551)	(944)	-	-
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	25	-	(10)	45	-	-	-	-	-	-	26	45
Total	25	25	(113.226)	61.858	(101)	-	-	(76)	(1.281)	(1.753)	26	314

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo reconheceu as despesas pagas com remuneração e benefícios de curto e longo prazo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Salários, honorários e benefícios	2.958	2.831	3.602	3.606
Bônus (inclusive encargos)	1.733	218	1.908	296
Benefício pós-emprego	233	200	233	200
	<u>4.924</u>	<u>3.250</u>	<u>5.743</u>	<u>4.102</u>

Readequado a abertura do saldo de 2020 entre controladora e consolidado para base de comparabilidade.

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida em Assembleia Geral Ordinária - AGO de acordo com a legislação societária e Estatuto Social da Companhia.

Deste modo, o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal foi apresentado e aprovado na AGO realizada em 20 de abril de 2021, o qual foi fixado em até R\$ 9.065, sendo R\$ 6.136 para a Diretoria, R\$ 2.614 para o Conselho de Administração e R\$ 315 para o Conselho Fiscal para o exercício de 2021 (R\$ 8.863 para o exercício de 2020).

No período findo em 30 de setembro de 2021, a posição acionária da Administração e Conselho Fiscal foi de 755.656 ações - ETER3 (534.491 ações - ETER3 no período findo em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado abaixo:

Demonstração das ações da Administração e Conselho Fiscal

	30/09/2021	31/12/2020
Conselho de Administração	384.855	324.825
Diretoria	175.900	203.000
Conselho Fiscal	194.901	6.666
	<u>755.656</u>	<u>534.491</u>

9. Ativos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Condomínio Eldorado Bussiness Tower	-	796	-	796
CSC - Máquinas e Equipos	-	-	-	97.801
Precon - Unidade Anápolis(i)	-	-	2.303	7.265
Tégula - Unidade Anápolis(ii)	-	-	1.023	1.023
Tégula - Unidade Camaçari	-	-	-	935
Tégula - Unidade Frederico Westphalen(iii)	-	-	1.519	1.519
	<u>-</u>	<u>796</u>	<u>4.845</u>	<u>109.339</u>

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Os ativos descritos nesta nota explicativa encontram-se disponíveis para venda. O objetivo desta desmobilização de ativos não operacionais é a realização de caixa para o Grupo. A venda dos ativos ocorrerá conforme as condições incluídas no Plano de Recuperação Judicial, homologado em junho/2019.

- (i) Precon - Unidade Anapólis: O imóvel foi arrematado pela Química Amparo (YPÊ) no valor de R\$ 16.550. A empresa aguarda a homologação da arrematação pelo Juiz do plano de Recuperação Judicial.
- (ii) Tégula - Unidade Anapólis: O leilão restou infrutífero. A empresa irá providenciar um novo edital para uma nova rodada de leilão.
- (iii) Tégula - Unidade Frederico Westphalen: O imóvel foi arrematado pela Pré Moldados no valor de R\$ 1.990. A empresa aguarda os desdobramentos do processo para o levantamento do valor.

O valor justo por meio do resultado, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

10. Imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.178	35.951	264.616	1.957	11.410	877
Adições	-	-	-	-	-	5.124
Baixas	-	-	(3.018)	(253)	(56)	-
Transferências	-	561	3.762	-	110	(4.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.178	36.512	265.360	1.704	11.464	1.568
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.178	36.512	265.360	1.704	11.464	1.568
Adições	-	-	-	-	-	27.060
Baixas	-	-	(27)	-	(45)	-
Transferências	-	-	5.100	-	68	(5.168)
Saldos em 30 de setembro de 2021	3.178	36.512	270.433	1.704	11.487	23.460
Taxas médias de depreciação		4%	11,20%	20%	15%	
Depreciação acumulada						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(24.016)	(159.290)	(1.039)	(9.786)	-
Adições	-	(815)	(9.883)	(152)	(478)	-
Baixas	-	-	2.009	78	56	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(24.831)	(167.164)	(1.113)	(10.208)	-
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	(24.831)	(167.164)	(1.113)	(10.208)	-
Adições	-	(618)	(6.654)	(99)	(304)	-
Baixas	-	-	27	-	44	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	-	(25.449)	(173.791)	(1.212)	(10.468)	-
Perda por redução do valor recuperável						
Perda de ativos por substituição de matéria-prima						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(612)	(4.907)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(612)	(4.907)	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	-	(612)	(4.907)	-	-	-

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora						Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	
Perda por redução do valor recuperável							
Perda por redução ao valor recuperável - teste de impairment:							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.051)	(7.414)	(62.690)	(403)	(920)	-	(73.478)
Reversão	2.051	7.414	62.690	403	920	-	73.478
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-
Valor residual							
Em 31 de Dezembro de 2019	1.127	3.909	37.729	515	704	877	44.861
Em 31 de Dezembro de 2020	3.178	11.069	93.289	591	1.256	1.568	110.951
Em 30 de Setembro de 2021	3.178	10.451	91.735	492	1.019	23.460	130.335

Os bens do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados conforme a nota explicativa nº 28.

	Consolidado							
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	6.660	114.596	707.616	23.625	27.398	24.276	4.857	5.515
Adições	-	-	-	-	-	-	11.353	-
Baixas	-	(978)	(3.018)	(253)	(57)	-	(90)	-
Transferências	-	1.065	9.714	-	211	-	(10.990)	-
Ativo disponível para venda	(798)	(48.380)	(97.273)	(49)	(4.040)	-	(3)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.862	66.303	617.039	23.323	23.512	24.276	5.127	5.515
Saldo em 1º de janeiro de 2021	5.862	66.303	617.039	23.323	23.512	24.276	5.127	5.515
Adições	-	-	-	-	-	-	33.890	-
Baixas	(1.167)	(49.613)	(102.649)	(644)	(4.379)	-	(17)	-
Transferências	-	-	5.671	-	93	-	(5.764)	-
Ativo disponível para venda	798	48.050	98.457	57	4.316	-	17	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	5.493	64.740	618.518	22.736	23.542	24.276	33.253	5.515
Taxas médias de depreciação		4%	15,50%	23,40%	15%	4,10%		
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(49.715)	(454.799)	(22.504)	(23.479)	(11.309)	-	-
Adições	-	(2.362)	(17.388)	(231)	(1.020)	(1.132)	-	-
Baixas	-	878	2.009	78	56	-	-	-
Ativo disponível para venda	-	6.734	36.350	29	3.153	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(44.465)	(433.828)	(22.628)	(21.290)	(12.441)	-	-

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado								
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	(44.465)	(433.828)	(22.628)	(21.290)	(12.441)	-	-	(534.652)
Adições	-	(1.089)	(10.205)	(141)	(582)	(849)	-	-	(12.866)
Baixas	-	8.203	37.506	660	3.456	-	-	-	49.825
Ativo disponível para venda	-	(6.658)	(35.489)	(37)	(3.396)	-	-	-	(45.580)
Saldos em 30 de setembro de 2021	-	(44.009)	(442.016)	(22.146)	(21.812)	(13.290)	-	-	(543.273)
Perda por redução do valor Recuperável									
Perda de ativos por obsolescência									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
Reversão		18	2.052	-	2	-	-	-	2.072
Saldos em 30 de setembro de 2021	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Perda por redução ao valor recuperável - teste de "impairment"									
Saldos em 1º de janeiro de 2020	(3.581)	(13.322)	(73.784)	(475)	(2.236)	(12.965)	6	-	(106.357)
Adição	-	-	(48.066)	-	-	-	-	-	(48.066)
Reversão	2.051	7.746	112.696	472	1.342	1.132	-	-	125.439
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.530)	(5.576)	(9.154)	(3)	(894)	(11.833)	6	-	(28.984)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	(1.530)	(5.576)	(9.154)	(3)	(894)	(11.833)	6	-	(28.984)
Reversão	-	248	778	9	261	849	-	-	2.145
Saldos em 30 de setembro de 2021	(1.530)	(5.328)	(8.376)	6	(633)	(10.984)	6	-	(26.839)
Valor residual									
Em 31 de Dezembro de 2019	3.079	50.929	172.074	646	1.681	2	4.863	5.515	238.789
Em 31 de Dezembro de 2020	4.332	15.632	167.098	692	1.326	2	5.133	5.515	199.730
Em 30 de Setembro de 2021	3.963	14.791	163.219	596	1.097	2	33.259	5.515	222.442

Notas explicativas as informações trimestrais - ITR

Exercício findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Perda por redução ao valor recuperável - teste de *impairment*

A Companhia atualmente possui três Unidades Geradoras de Caixa (UGC) em operação: (i) telhas de fibrocimento (Eternit S/A e Eternit Amazônia), que contemplam os ativos para produção de fibra sintética de polipropileno, com unidade localizada em Manaus e os ativos para a produção de telhas de fibrocimento, com fábricas no Paraná, Rio de Janeiro, Goiás e Bahia; (ii) telhas de concreto (Tégula), com uma unidade localizada na cidade de Atibaia-SP e (iii) uma mineradora (Sama), que em decorrer do ano de 2020 retomou à operação para fins exclusivos de exportação amparada na Lei do Estado de Goiás n. 20.514, regulamentada pelo Decreto n. 9.518.

A última revisão realizada do valor recuperável de seus ativos relevantes ocorreu em 31 de dezembro de 2020. A revisão foi preparada por uma empresa especializada e independente e efetuada com base no cálculo do valor em uso e no valor líquido de venda dos ativos. A conclusão dos testes de recuperabilidade destes ativos da Companhia e de suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período.

As metodologias utilizadas para o teste de recuperabilidade dos ativos do Grupo, foram: (i) fluxo de caixa descontado para a UGC de Fibrocimento, contemplando a produção de fibra sintética de polipropileno (Eternit da Amazônia) e a produção de telhas de fibrocimento e; (ii) valor líquido de venda dos ativos para a UGC de Telhas de Concreto (Tégula).

O efeito da reversão referente à depreciação e amortização no período findo em 30 de setembro de 2021 sobre o saldo de perdas por redução ao valor recuperável foi de R\$ 2.105 no consolidado.

UGC de Fibrocimento (Eternit S/A e Eternit Amazônia)

As unidades industriais da Eternit S/A, juntamente com a unidade que produz a fibra sintética de polipropileno, localizada em Manaus, são consideradas como uma única UGC para fins de teste de recuperabilidade de ativos desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Grupo fez a revisão do valor recuperável da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, utilizando as principais premissas para o cálculo do valor em uso mencionadas abaixo:

Período de avaliação: 10 anos;

Taxa de crescimento: receitas, custos e despesas com base no orçamento 2021 aprovado pelo Conselho de Administração e, a partir do segundo ano, premissas macroeconômicas, tais como PIB e inflação projetada e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Taxa de desconto: custo ponderado de capital do Grupo (WACC) de 13,7% a.a.

O valor operacional da UGC foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2020, não possuindo indicativo de *impairment* pelo valor em uso.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

UGC Telhas de Concreto (Tégula)

Para realizar o teste de recuperabilidade dos principais ativos do imobilizado da Companhia, alocados nas classes de máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias, moldes, terrenos e demais ativos, o Grupo utilizou o modelo do valor justo líquido de despesa de venda.

O valor resultante da avaliação a valor justo da UGC no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 43.199, sendo muito superior ao valor contábil de R\$ 20.640.

A mensuração considerou os seguintes métodos de avaliação:

- (i) Edificações e benfeitorias: custo de reprodução. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil, não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*).
- (ii) Terrenos: método comparativo. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*).
- (iii) Máquinas, equipamentos, moldes e demais ativos: valor de mercado para os itens similares encontrados no mercado e custo de aquisição depreciado para os itens que não possuem similares no mercado. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*).

Deste modo, o Grupo não registrou provisão para perda por redução no valor recuperável dos ativos imobilizados e intangível, uma vez que o seu valor justo foi superior ao valor contábil.

UGC Mineração (Sama)

Conforme divulgado em nota explicativa às demonstrações financeiras do Grupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devido à hibernação das atividades de mineração, a Companhia registrou uma provisão para perda por recuperabilidade de seus ativos correspondente a R\$ 7.835, não havendo a necessidade de revisão da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) contra a Lei do Estado de Goiás, de forma a revisar o teste de recuperabilidade de seus ativos (*impairment*).

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

11. Intangível

	Controladora		
	Software	Software em andamento	Total
Custo			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	16.817	-	16.817
Adições	-	6	6
Transferência	6	(6)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.823	-	16.823
Saldo em 1º de janeiro de 2021	16.823	-	16.823
Adições	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	16.823	-	16.823
Vida útil (em anos)	5		
Amortização:			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(14.649)	-	(14.649)
Adições	(1.067)	-	(1.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(15.716)	-	(15.716)
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(15.716)	-	(15.716)
Adições	(456)	-	(456)
Saldo em 30 de setembro de 2021	(16.172)	-	(16.172)
Perda por redução do valor recuperável			
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(2.032)	-	(2.032)
Reversão	2.032	-	2.032
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	-	-	-
Valor residual			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	136	-	136
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.107	-	1.107
Saldo em 30 de setembro de 2021	651	-	651

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado				
	Software	Deságio e Mais valia do intangível	Marcas e patentes	Software em andamento	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	29.361	16.538	957	-	46.856
Adições	-	-	-	91	91
Transferências	91	-	-	(91)	-
Disponível p/ venda	(2.874)	-	-	-	(2.874)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>26.578</u>	<u>16.538</u>	<u>957</u>	<u>-</u>	<u>44.073</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	26.578	16.538	957	-	44.073
Baixas	(2.856)	-	(17)	-	(2.873)
Disponível p/ venda	2.914	-	17	-	2.931
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>26.636</u>	<u>16.538</u>	<u>957</u>	<u>-</u>	<u>44.131</u>
Vida útil (em anos)	5				
Amortização:					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(26.329)	-	-	-	(26.329)
Adições	(1.547)	-	-	-	(1.547)
Disponível p/ venda	2.657	-	-	-	2.657
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(25.219)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.219)</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(25.219)	-	-	-	(25.219)
Adições	(561)	-	-	-	(561)
Baixas	2.656	-	-	-	2.656
Disponível p/ venda	(2.714)	-	-	-	(2.714)
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>(25.838)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.838)</u>
Perda por redução do valor recuperável					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.429)	(16.558)	(956)	-	(19.943)
Reversões	2.231	-	-	-	2.231
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(198)</u>	<u>(16.558)</u>	<u>(956)</u>	<u>-</u>	<u>(17.712)</u>
Reversões	82	-	-	-	82
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>(116)</u>	<u>(16.558)</u>	<u>(956)</u>	<u>-</u>	<u>(17.630)</u>
Valor residual					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	603	(20)	1	-	584
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.161	(20)	1	-	1.142
Saldo em 30 de setembro de 2021	682	(20)	1	-	663

12. Ativo de direito de uso e obrigações de arrendamento

O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de aluguel do terreno e galpão industrial onde se encontra instalada a fábrica de fibra de polipropileno em Manaus-AM, com prazo de vencimento em março de 2027. Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 15% a.a., correspondente ao custo médio ponderado para o financiamento de ativos desta categoria, haja vista que o Grupo possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Consolidado		
	Edifícios	Total
<u>Ativo</u>		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	11.210	11.210
Reversão	(900)	(900)
Depreciação	(1.161)	(1.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.149	9.149
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	9.149	9.149
Depreciação	(1.050)	(1.050)
Saldo em 30 de setembro de 2021	8.099	8.099
<u>Passivo</u>		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	(11.210)	(11.210)
Reversão	900	900
Pagamento	2.140	2.140
Correção	(1.006)	(1.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.176)	(9.176)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	(9.176)	(9.176)
Pagamento	1.981	1.981
Correção	(931)	(931)
Saldo em 30 de setembro de 2021	(8.126)	(8.126)
<u>Circulante</u>	(5.968)	(5.968)
<u>Não Circulante</u>	(2.158)	(2.158)
<u>Resultado</u>		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	-
Depreciação	1.161	1.161
Juros	1.006	1.006
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de dezembro 2020	2.167	2.167
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	-
Depreciação	1.050	1.050
Juros	931	931
Total das despesas apropriadas no resultado de 30 de setembro 2021	1.981	1.981

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Mercado interno	21.989	10.247	34.731	19.858
Mercado externo	533	7.759	6.363	10.330
Mercado interno recuperação judicial (i)	1.976	13.428	4.031	30.155
Mercado externo recuperação judicial (i)	-	-	193	193
	<u>24.498</u>	<u>31.434</u>	<u>45.318</u>	<u>60.536</u>

- (i) Em 30 de setembro de 2021, o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do Plano de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota explicativa 1.1, totalizavam R\$ 1.976 na controladora, sendo, R\$ 1.341 relativo a Classe III e R\$ 635 na Classe IV. No consolidado R\$ 4.224, sendo R\$ 3.331 na Classe III e R\$ 893 da Classe IV.

14. Empréstimos e financiamentos

Composição dos empréstimos e financiamentos.

	Controladora				
	30/09/2021			31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Moeda nacional:					
Fiança honrada	-	-	-	9.327	9.327
Total moeda nacional	-	-	-	<u>9.327</u>	<u>9.327</u>

	Consolidado				
	30/09/2021			31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Moeda nacional:					
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços (i)*	6.997	31.375	38.372	40.269	40.269
Capital de giro (i)*	-	-	-	16.792	16.792
Fiança honrada (i)*	-	-	-	9.327	9.327
Total moeda nacional	<u>6.997</u>	<u>31.375</u>	<u>38.372</u>	<u>66.388</u>	<u>66.388</u>

- (i) Do total da dívida bruta de R\$ 38.372 apresentado no consolidado refere-se ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II do PRJ, com encargos financeiros de 8,24% a.a. e bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento;

- (*) As taxas foram repactuadas no Plano de Recuperação Judicial.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras (“covenants”).

Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial em 31/12/2020	9.327	66.388
Capitalização de Juros	569	1.594
Amortização (i)	(9.895)	(32.196)
Juros e Encargos	-	2.586
Saldo Final em 30/09/2021	-	38.372

(i) Contempla amortização do principal e juros.

Composição por vencimento

Vencimento	Controladora	Consolidado
2021	-	1.606
2022	-	6.262
2023	-	5.994
2024	-	5.732
2025 até 2030	-	18.778
	-	38.372

Os pagamentos dos créditos quirografários seguirão o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial.

15. Obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
13º salário	4.455	-	6.193	-
Férias	7.999	6.522	11.160	8.201
Participação nos lucros e resultados	2.529	3.829	3.905	4.755
Bônus	5.154	3.492	5.583	3.921
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	358	485	511	880
Instituto nacional do seguro social - INSS (i)	7.684	8.643	11.134	10.925
Outros	122	5	398	305
	28.301	22.976	38.884	28.987
Circulante	21.919	15.746	31.147	19.981
Não circulante	6.382	7.230	7.737	9.006

(i) Em 30 de setembro de 2021, saldo a pagar se refere a débitos junto ao INSS. Os débitos foram parcelados em até 84 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conformidade com a Lei 11.101/2005, totalizando R\$ 5.914 na controladora, sendo R\$ 1.358 no passivo circulante e R\$ 4.556 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 7.505, sendo R\$ 648 no passivo circulante e R\$ 6.857 no passivo não circulante com liquidação final prevista para 2025.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

16. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Imposto de renda - IRPJ	2.491	296	5.895	319
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	919	298	2.462	414
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	14.135	13.503	15.763	15.445
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	3.915	2.931	3.915	2.937
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.664	1.684	2.367	2.246
Programa de integração social - PIS	370	364	516	480
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	507	755	841	1.065
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	1	47	42
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais - CFEM	-	-	541	224
Instituto nacional de seguro social- INSS	88	78	(1.132)	207
Imposto sobre qualquer natureza - ISS	46	43	79	73
Parcelamento de tributos (ii)	12.978	17.133	41.489	49.792
Outros	97	87	166	141
	<u>37.210</u>	<u>37.173</u>	<u>72.949</u>	<u>73.385</u>
Circulante	26.015	21.235	39.779	31.029
Não circulante	11.195	15.938	33.170	42.356

- (i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais “Produzir” e “Desenvolve” na controladora e “Produzir” na controlada Tégula.
- (ii) Em 30 de setembro de 2021, saldo a pagar referente débitos tributários. Os débitos foram parcelados em até 84 parcelas, para Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda em conformidade com a Lei 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizando R\$ 5.455 no passivo circulante na controladora e R\$ 7.053 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 12.941 no passivo circulante e R\$ 28.076 no passivo não circulante com liquidação prevista até 2025.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

17. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes	10.599	12.241	12.373	13.317
Comissões no mercado interno (i)	12.532	10.110	16.345	11.329
Comissão no mercado externo (i)	-	-	477	1.634
Provisão para destinação de resíduos (ii)	5.471	5.855	5.471	5.855
Provisão para garantia	153	79	155	172
Fretes a pagar	-	-	10.155	3.398
Colcerâmica - Companhia Colombiana de Cerâmica S.A.S (iii)	-	7.210	-	50.004
Outras contas a pagar (iv)	875	1.480	4.321	12.739
	<u>29.630</u>	<u>36.975</u>	<u>49.296</u>	<u>98.448</u>
Circulante	29.630	36.909	49.296	98.382
Não circulante	-	66	-	66

- (i) Comissões pagas a representantes comerciais no negócio de fibrocimento e exportação de crisotila.
- (ii) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou devoluções.
- (iii) Em decorrência do evento da recuperação judicial do Grupo Eternit, os valores devidos pela controlada CSC foram antecipados e executados por instituições financeiras no exercício de 2018. Tais valores devidos eram garantidos parcialmente pela Colcerâmica. Adicionalmente, as instituições financeiras executaram a garantia em montante excedente ao valor devido pela participação da Colcerâmica na CSC. Neste sentido, a Colcerâmica se tornou credora da CSC, constando, portanto, do Quadro Geral de Credores do Plano de Recuperação Judicial homologado em 11/06/2019, que foi quitado no 2º trimestre de 2021.
- (iv) Referem-se substancialmente a provisão para serviços prestados.

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo Eternit possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro do Grupo, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas informações intermediárias contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Processos trabalhistas	45.952	45.198	58.194	53.753
Processos cíveis	4.642	4.275	9.685	9.351
Processos tributários	8.764	13.022	10.226	18.509
	<u>59.358</u>	<u>62.495</u>	<u>78.105</u>	<u>81.613</u>

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	44.952	3.978	12.455	61.385
Adições	3.100	401	657	4.158
Reversões	(589)	(80)	(90)	(759)
Baixas	(2.265)	(24)	-	(2.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	45.198	4.275	13.022	62.495
Saldo em 31 de dezembro de 2020	45.198	4.275	13.022	62.495
Adições	2.346	585	666	3.597
Reversões	(1.592)	(218)	(4.924)	(6.734)
Saldo em 30 de setembro de 2021	45.952	4.642	8.764	59.358

	Consolidado			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	58.616	9.089	18.915	86.620
Adições	4.218	451	676	5.345
Reversões	(773)	(166)	(1.090)	(2.029)
Baixas	(8.301)	(23)	1	(8.323)
Transferências	(7)	-	7	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.753	9.351	18.509	81.613
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.753	9.351	18.509	81.613
Adições	6.432	585	666	7.683
Reversões	(1.991)	(251)	(8.949)	(11.191)
Saldo em 30 de setembro de 2021	58.194	9.685	10.226	78.105

(i) Na área trabalhista e cível, as principais provisões englobam:

- a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de: (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra o Grupo. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, cujas atividades foram encerradas no início dos anos 90. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também na Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Em 01 de março de 2016, as duas ações foram julgadas parcialmente procedentes em primeira instância. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são as exclusões das seguintes condenações:

- (i) Indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 milhões;
- (ii) Indenização por danos morais no valor de R\$ 50 mil em favor de cada ex-colaborador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto;
- (i) Toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-colaboradores;

Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$ 100 mil e R\$ 50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-colaborador falecido após o ajuizamento das ações para R\$ 100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Contra esta decisão foi apresentado Recurso ao TST, cujo seguimento foi negado. A Companhia interpôs agravo de instrumento que foi encaminhado ao TST para exame. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e como resultado a Administração do Grupo reconheceu provisão para riscos, em exercícios anteriores, no montante de R\$ 21.110. Foi apresentado recurso ao TST, ainda pendente de julgamento.

- c) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 1 bilhão. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e constituída provisão no montante de R\$ 800 mil. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região condenado o Grupo no valor de R\$ 50 milhões a título de dano moral coletivo, entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão perante o TST, que foi admitido em parte e, nessa parte, atribuído efeito suspensivo.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Desta decisão, na parte inadmitida, o Grupo interpôs agravo de instrumento. O recurso está pendente no TST. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, tendo sido julgada parcialmente procedente. Ambas as partes apresentaram recurso ordinário que se encontram pendente de julgamento. Parte desta decisão foi considerada como provável no que diz respeito à obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação à obrigação de custear assistência médica a todos os ex-empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto.

- d) Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$ 3.004, na qual a Administração do Grupo reconheceu provisão pelo mesmo montante em exercícios anteriores, ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro. Em 23/02/2021 foram apresentados Recurso Especial e Extraordinário em face do acórdão, que aguardam análise do juízo de admissibilidade.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam:

- a) Cobrança de débito fiscal por supostas diferenças nos valores recolhidos ou creditados a título de ICMS;
- b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e
- c) Diferença de valores reconhecidos relacionados à CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 30 de setembro de 2021, havia reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram como possível perda e que podem ser mensurados confiavelmente no montante consolidado de R\$ 89.448 (R\$ 60.262 em 31 de dezembro de 2020), e, portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada como possível pelos consultores jurídicos e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data das demonstrações financeiras:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações monta em R\$ 50 milhões. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 500 milhões a título de danos morais coletivos entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, que se encontra pendente de julgamento.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A ação de natureza ambiental foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 31.423 a título de dano moral coletivo entre outros, tendo sido apresentado recurso perante o Tribunal Regional Federal, julgado parcialmente procedente para a retirada de algumas obrigações acessórias, mantendo a condenação de danos morais coletivos. Em seguida, foi negado provimento aos Embargos de Declaração e por fim, foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ainda pendentes de julgamento.

- b) Ação Civil Pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item ii “b”, desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo.
- d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho uma Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$ 85 milhões. Esta ação foi julgada parcialmente procedente, exclusivamente para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto crisotila em sua atividade empresarial e dê destinação a resíduos. Os pedidos indenizatórios foram julgados improcedentes. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou o uso do amianto crisotila como matéria-prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, foram julgadas improcedentes as indenizações a títulos de dano moral coletivo no valor de R\$ 85 milhões. O MPT apresentou recurso ordinário que não foi conhecido. Interpuseram Agravo de instrumento em razão do não conhecimento do recurso, o qual foi julgado procedente para devolver os autos à primeira instância para análise dos embargos de declaração opostos pelo MPT. Em março de 2020 referidos embargos de declaração foram rejeitados e o MPT apresentou recurso ordinário, que foi rejeitado. Aguarda-se verificar se o MPT apresentará recurso ao TST.
- e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$ 225 milhões. A ação encontra-se em fase de instrução. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, que se encontra em fase pericial.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- f) Em 2021, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública contra a TSL - Transportes Scatuzzi LTDA, ETERNIT S/A e SAMA S/A, perante a 7ª Vara do Trabalho de Santos/SP. Nesta ação, discute-se assuntos referentes à exportação da matéria-prima (amianto) pelo Porto de Santos, além do pedido de indenização, a título de danos morais coletivos, no valor de R\$ 5 milhões. A ação foi julgada parcialmente procedente, com a proibição de exportação da fibra de crisotila via Santos, Guarujá e Cubatão, além da condenação ao pagamento de dano moral coletivo, confrontando duas decisões proferidas pelo STF. ETERNIT S/A e SAMA S/A apresentaram Recurso Ordinário perante o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ainda pendente de julgamento.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

19. Patrimônio Líquido**(i) Capital social**

Em 30 de setembro de 2021, o capital social do Grupo, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 438.082 (R\$ 385.537 em dezembro de 2020) e estava representado por 61.776.575 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído como demonstrado a seguir:

Composição acionária	30/09/2021		31/12/2020	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	26.235	30.210.374	23.605	29.502.397
Pessoas jurídicas	179	2.350.781	114	819.160
Pessoas residentes no exterior	46	3.139.995	9	577.413
Clubes, fundos e fundações	118	26.065.637	81	20.766.797
	26.578	61.766.787	23.809	51.665.767
Ações em tesouraria	1	9.788	1	9.788
	26.579	61.776.575	23.810	51.675.555

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

Em 08 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou, a homologação do Aumento de Capital Social, mediante a emissão de 10.101.020 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 10,89 por ação, equivalente a R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais).

Conforme informado ao mercado, o aumento de capital teve como objetivo levantar recursos necessários para proceder com a aquisição de ativos industriais, em operação, dedicados à produção de telhas de fibrocimento, promovendo um movimento de consolidação setorial.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O preço de emissão das novas ações ("Preço de Emissão") foi fixado nos termos das regras previstas no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das S.A. e respeitadas as disposições do Parecer de Orientação CVM nº. 1, de 27 de setembro de 1978, conforme alterado, ou seja, conjuntamente pela perspectiva de rentabilidade da Companhia ("Valor Econômico"); pelo valor do patrimônio líquido da ação ("Valor Patrimonial"); e, pela cotação das ações na B3 ("Valor de Mercado").

O Valor Econômico foi apurado mediante laudo elaborado por empresa especializada escolhida pela Administração, cabendo à empresa especializada definir o critério e a metodologia para mensuração do valor econômico.

O Valor Patrimonial foi definido com base nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 (demonstrações financeiras padronizadas) divulgado ao mercado pela Eternit, ou seja, data-base 31/12/2020.

O Valor de Mercado foi definido com base na cotação de fechamento dos 30 (trinta) pregões realizados no ambiente da B3 que antecederem a RCA, abrangendo o período de 03/02/2021 a 18/03/2021.

Para fins de definição do Preço de Emissão, foi desconsiderado o menor Preço de Emissão indicado pelo Valor Econômico, pelo Valor Patrimonial e pelo Valor de Mercado, ou seja, foi desconsiderado o Valor Patrimonial. A média aritmética do Valor Econômico e Valor de Mercado resultou no valor de R\$ 12,81 por ação.

O Preço de Emissão foi fixado em R\$ 10,89 por ação, representando um deságio de 15% frente ao valor da média aritmética do Valor Econômico e Valor de Mercado.

Em 29/09/2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a redução de capital social da Companhia no valor de R\$ 57.455, diante da absorção de prejuízos acumulados. Em decorrência desta decisão, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 438.082, sem modificação da quantidade de ações de emissão da Companhia.

(ii) Ações em tesouraria

Em 30 de setembro de 2021, o valor de mercado das 9.788 mil ações em tesouraria era de R\$ 148 (R\$ 124 em 31 de dezembro de 2020 referente a 9.788 mil ações), registradas pelo valor histórico de R\$ 174.

(iii) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020
Lucro do período atribuível aos controladores	206.070	37.715
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzida da média das ações ordinárias em tesouraria	61.767	51.666
Lucro básico e diluído por ação - R\$	3,4982	0,7288

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(iv) Dividendos

A Companhia não possui dividendos a serem distribuídos no período findo de 30 de setembro de 2021.

(v) Subvenção para investimentos

Foram registrados complementos no montante de R\$ 28.569 referente incentivos fiscais de ICMS conforme lei Complementar nº 160/2017 dos exercícios de 2016 a 2020 adicionalmente no período de 2021 a Companhia registrou R\$ 17.817. Em relação ao incentivo lucro da exploração sobre IRPJ/CSLL foi registrado o montante de R\$ 3.638.

20. Imposto de renda e contribuição social

(i) Reconciliação do benefício (despesas) de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	231.471	41.235	274.095	50.566
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e de contribuição social, às alíquotas nominais	(78.700)	(14.020)	(93.192)	(17.192)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	29.716	(13.445)	-	-
Incentivo fiscal (a)	9.375	64	15.644	788
Provisão para bônus e honorários da diretoria	(833)	(861)	(1.001)	(1.006)
Reversão da perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	-	25.674	-	26.752
Impairment			135	
Compensação do prejuízo fiscal e base negativa	12.786	1.544	15.439	5.448
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como imposto de renda e contribuição social diferidos	2.203	(2.485)	(756)	(2.002)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(4.401)	(25.682)
Outras (adições) exclusões líquidas	10.052	9	10.139	(16)
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do período	(15.401)	(3.520)	(57.993)	(12.910)

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Imposto de renda e contribuição social correntes(b)	(21.528)	(3.520)	(64.495)	(12.496)
Imposto de renda e contribuição social diferidos(b)	6.127	-	6.503	(414)
	<u>(15.401)</u>	<u>(3.520)</u>	<u>(57.992)</u>	<u>(12.910)</u>

a) Incentivos fiscais de ICMS dos Estados Bahia e Goiás.

b) Em setembro de 2021 a Companhia reconheceu crédito pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários (vide nota 6).

(ii) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	5.193	5.193	14.498	14.497
Benefícios pós-emprego	11.866	11.886	31.058	31.245
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.182	21.248	26.549	27.742
Lucros não realizados nos estoques	-	-	716	341
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	227	1.525	989	3.204
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.991	1.926	2.112	2.080
Mercadorias não embarcadas	-	-	18.054	4.123
Perda por redução ao valor recuperável (*)	1.877	1.877	11.595	33.263
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	2.113	2.296	5.895	6.705
Provisão Perda Remonte Mina	-	-	2.422	2.422
Crédito Extemporâneo de Exclusão do ICMS da base do PIS & COFINS	(11.184)	(17.310)	(11.184)	(17.310)
Outras provisões	3.427	2.711	4.142	2.478
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos de renda e contribuição social diferidos	(41.683)	(43.469)	(105.964)	(116.409)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como impostos diferidos	-	-	(7.082)	(7.083)

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Controladora		Consolidado	
30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
(5.991)	(12.117)	(6.200)	(12.702)

(*) Vide nota explicativa n. 10 e 11.

O passivo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizada pela Companhia e por sua controlada Tégula para o período de dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

No período findo em 30 de setembro 2021, o Grupo não constituiu impostos diferidos para o prejuízo fiscal e para base negativa nos montantes de R\$ 482.776 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$ 515.243 em 2020) e R\$ 540.913 da base negativa de contribuição social (R\$ 573.380 em 2020).

21. Receita Líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	780.202	457.378	1.033.391	574.368
Receita bruta de locação de imóveis	-	-	-	5
Descontos e abatimentos incondicionais	(733)	(1.347)	(739)	(1.560)
Impostos incidentes sobre as vendas (*)	(183.722)	(110.684)	(199.072)	(118.843)
	<u>595.747</u>	<u>345.347</u>	<u>833.580</u>	<u>453.970</u>

(*) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais, conforme divulgado na nota 29.

22. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(377.716)	(277.016)	(461.746)	(329.333)
Despesas com vendas	(36.940)	(26.159)	(65.576)	(38.490)
Despesas gerais e administrativas	(35.227)	(31.691)	(60.663)	(53.368)
Remuneração da Administração	(4.924)	(3.250)	(5.743)	(4.102)
	<u>(454.807)</u>	<u>(338.116)</u>	<u>(593.728)</u>	<u>(425.293)</u>
Matéria-prima consumida	(277.550)	(205.315)	(344.994)	(226.161)
Despesas com pessoal e encargos	(81.837)	(62.393)	(101.662)	(82.769)
Materiais, energia elétrica e serviços	(39.772)	(29.438)	(45.912)	(39.274)
Serviços de terceiros	(14.794)	(10.230)	(38.748)	(20.513)
Depreciação e amortização	(8.130)	(5.663)	(12.371)	(15.365)
Comissões sobre vendas	(17.174)	(10.374)	(20.312)	(12.215)
Despesas de vendas variáveis (i)	-	-	(10.736)	(4.046)

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Aluguel de bens móveis	(6.964)	(4.848)	(7.126)	(5.214)
Gastos de paradas	(2)	(117)	(598)	(1.402)
Despesas com viagens	(1.947)	(1.658)	(2.552)	(2.314)
Despesas com material e serviços de informática	(2.178)	(1.871)	(4.048)	(3.732)
Propaganda e publicidade	(554)	(188)	(591)	(394)
Contribuição para entidades de classe	(387)	(218)	(924)	(898)
Impostos e taxas	(1.395)	(1.983)	(2.125)	(2.660)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(254)	(667)	(245)	(1.274)
Perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques	539	1.135	1.815	(2.351)
Substituição de produto avariado	(272)	(307)	(301)	(329)
Garantia de qualidade	(1.485)	(1.805)	(1.548)	(2.081)
Auxílio moradia	(51)	-	(51)	-
Despesas referentes ao processo de recuperação judicial	-	(1.622)	-	(1.622)
Outras	(600)	(554)	(676)	(679)
	<u>(454.807)</u>	<u>(338.116)</u>	<u>(593.728)</u>	<u>(425.293)</u>

- (i) Despesa com CFEM e "royalties" variáveis sobre o faturamento da controlada Sama pagos ao governo do estado de Goiás.

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Outras receitas operacionais:				
Venda de bens do imobilizado(i)	1	1.868	128.141	1.868
Aluguéis	-	-	749	963
Recuperação de tributos	8.638	16.436	13.852	20.584
Benefício ICMS crédito estímulo (ii)	-	-	15.161	6.385
Outras	3.297	364	5.058	1.335
	<u>11.936</u>	<u>18.668</u>	<u>162.961</u>	<u>31.135</u>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.274	(1.775)	2.645	(1.124)
Provisão para benefício pós-emprego	(1.875)	(1.508)	(4.859)	(6.011)
Impostos e taxas	(104)	(28)	(217)	(34)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(2.360)	(2.537)	(2.377)	(2.645)
Custo da baixa de imobilizado e intangível (iii)	(1)	(1.123)	(109.728)	(1.123)
Desmontagem e reestruturação	-	-	-	(1.297)
Contribuições sobre incentivos fiscais	(923)	-	(2.252)	(552)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	71.636	5.645	26.432
Ganho com operação de processos judiciais	1.146	-	1.288	-
Outras (iv)	(5.418)	(6.378)	(17.165)	(15.217)
	<u>(7.261)</u>	<u>58.287</u>	<u>(127.020)</u>	<u>(1.571)</u>

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.675	76.955	35.941	29.564
(i)	Vendas através de leilão dos ativos da UPI-Louças Sanitárias (CSC) constantes no Plano de Recuperação Judicial do imóvel de Camaçari-BA e do imóvel de Aparecida de Goiânia-GO.			
(ii)	Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia.			
(iii)	Custo das baixas dos ativos constantes no item (i) e baixa por sucata e doação dos equipamentos da Precon transferidos para as unidades de fibrocimento.			
(iv)	No Consolidado, se refere: (a) R\$ 5,7 milhões em ativos sem expectativa de realização na CSC; (b) R\$ 2,7 milhões complemento de provisão de indenizações de representantes na Precon e Tégula; (c) R\$ 1,5 milhões em complemento de provisão com fretes sobre operação do CD de Atibaia; (d) R\$ 1,8 milhões de despesas com fretes na Eternit Amazônia; (e) R\$ 2,4 milhões relativo a auto de infração na Sama e Eternit.			

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuo	(1.280)	(1.753)	-	-
Juros passivos (i)	(1.019)	(5.323)	(6.178)	(12.860)
Juros de antecipação de recebíveis (ii)	-	-	-	-
Despesas bancárias	(2.156)	(1.397)	(3.011)	(1.912)
Descontos concedidos	(5)	(174)	(5)	(250)
IOF	(383)	(485)	(472)	(549)
Variações monetárias passivas	-	-	(83)	-
Outras	(199)	(68)	(1.453)	(1.168)
	(5.042)	(9.200)	(11.202)	(16.739)
Receitas financeiras				
Rendimento aplicações financeiras - incluindo certificado de depósitos bancários	1	3	4.687	214
Descontos obtidos	60	41	175	56
Juros ativos	531	425	536	750
Juros sobre mútuo	26	314	-	-
Variação monetária ativa	3.196	4.843	4.400	6.226
Outras	13	-	13	-
Líquido de variações cambiais (ii)	(329)	166	(307)	1.818
	3.498	5.792	9.504	9.064
Resultado financeiro líquido	(1.544)	(3.408)	(1.698)	(7.675)

- (i) Juros referentes à dívida concursal e parcelamentos de tributos.
(ii) No Consolidado em 09/2020 foi realizada readequação dos valores para comparação com 09/2021.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

25. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os seguintes segmentos operacionais: Fibrocimento, contemplando a fibra de polipropileno, Criotila, Telhas de Concreto e Outros. As informações apresentadas na coluna “Outros” se referem a gastos e receitas não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Controladora e Consolidado	
Descrição	Área geográfica
Fibrocimento	Mercado interno
Criotila	Mercado externo
Telhas de concreto	Mercado interno
Outros	Mercado interno

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondente aos exercícios findos em 30 de setembro de 2021 e de 30 de setembro de 2020 estão apresentadas a seguir:

	30/09/2021					Total consolidado
	Fibrocimento (i)	Criotila (ii)	Telhas de concreto	Outros (iii)	Eliminações	
Receitas líquidas:						
Mercado Interno	623.832	-	12.179	147	-	636.158
Mercado Externo	-	197.422	-	-	-	197.422
	<u>623.832</u>	<u>197.422</u>	<u>12.179</u>	<u>147</u>	<u>-</u>	<u>833.580</u>
Custo dos produtos vendidos	<u>(376.130)</u>	<u>(75.188)</u>	<u>(9.872)</u>	<u>(556)</u>	<u>-</u>	<u>(461.746)</u>
Lucro bruto	247.702	122.234	2.307	409	-	371.834
Receitas (despesas) operacionais	<u>(71.452)</u>	<u>(18.921)</u>	<u>(4.690)</u>	<u>(978)</u>	<u>-</u>	<u>(96.041)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>176.250</u>	<u>103.313</u>	<u>(2.383)</u>	<u>(1387)</u>	<u>-</u>	<u>275.793</u>
Venda de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	555.301	121.200	-	-	-	676.501
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	5.966	-	-	5.966
Investimento no período	28.464	80	5.346	-	-	33.890
Depreciação e amortização	(11.706)	(3)	(662)	-	-	(12.371)
Perda por redução por valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Ativo total	1.092.566	241.174	32.520	401.712	(791.135)	976.837
Passivo total	431.420	116.791	38.552	364.030	(515.070)	435.723
Patrimônio líquido	661.146	124.383	(6.032)	37.718	(275.957)	541.114

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	30/09/2020					
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de concreto	Outros (iii)	Eliminações	Total Consolidado
Receitas líquidas:						
Mercado Interno	348.521	-	11.090	13.403	-	373.014
Mercado Externo	-	80.956	-	-	-	80.956
	348.521	80.956	11.090	13.403	-	453.970
Custo dos produtos vendidos	(270.786)	(24.124)	(10.454)	(23.969)	-	(329.333)
Lucro/prejuízo bruto	77.735	56.832	636	(10.567)	-	124.637
(Despesas) Receitas operacionais	21.547	(22.026)	(5.080)	(54.921)	-	(60.481)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	99.282	34.806	(4.444)	(65.488)	-	64.156
Venda de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas) (iii)	457.151	45.731	-	-	-	508.267
Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	6.511	277.141	-	283.652
Investimento no período	3.117	-	3.695	3	-	6.815
Depreciação e amortização	(8.249)	(2)	(750)	(2.534)	-	(11.535)
Perda por redução por valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Ativo total	674.898	157.353	24.338	222.946	(455.881)	623.654
Passivo total	503.095	120.842	26.228	234.999	(342.889)	542.275
Patrimônio líquido	171.803	36.511	(1.890)	(12.053)	(112.992)	81.379

(i) Contempla telhas de fibrocimento e sistemas construtivos.

(ii) Em decorrer do ano 2020, a controlada Sama retomou as suas atividades para fins exclusivo de exportação do crisotila, amparada na vigência da Lei do estado de Goiás nº 20.514 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

(iii) Decorrente de receitas eventuais de aluguel da controlada Prel Empreendimentos e de estoques remanescentes da operação descontinuada de louças e metais.

26. Cobertura de seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam levar a prejuízos significativos ao patrimônio e/ou resultados do Grupo, incluindo os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2021, os seguros contratados pelo Grupo, sob orientação de seus consultores de seguros, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em julho de 2022, renovados à partir de julho de 2021.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, lucros cessantes e D&O.	Edifícios, instalações e equipamentos	R\$ 494.810
Veículos	Veículos	100% Tabela FIPE

27. Instrumentos financeiros

27.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

(i) Análise dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Ativos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	221	560	1.480	1.261
Aplicações financeiras	18	3.585	257.864	79.914
Contas a receber	82.148	51.872	132.017	89.938
Partes relacionadas	203.228	72.367	-	-
Total dos ativos financeiros	<u>285.615</u>	<u>128.384</u>	<u>391.361</u>	<u>171.113</u>
Passivos financeiros:				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	(24.498)	(31.434)	(45.318)	(60.536)
Empréstimos e financiamentos	-	(9.327)	(38.371)	(66.388)
Partes relacionadas	(113.831)	(115.931)	-	-
Obrigações de arrendamento	-	-	(8.126)	(9.176)
Outros passivos	(29.631)	(36.975)	(49.297)	(98.448)
Total passivos financeiros	<u>(167.690)</u>	<u>(193.667)</u>	<u>(141.112)</u>	<u>(234.548)</u>

(ii) Hierarquia do valor justo por meio do resultado

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2021, o Grupo não possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

27.2 Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros foram captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

(i) Risco de mercado

O risco de mercado se refere ao valor justo dos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. No caso do Grupo, ele engloba três tipos de risco: i) Risco de queda de demanda, ii) Risco de prejuízo na produção e iii) Riscos associados ao crescimento. Todos esses riscos são monitorados pela área financeira do Grupo.

(ii) Risco cambial

O risco cambial se refere a flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo a esse risco refere-se, principalmente, às atividades operacionais envolvendo, contas a pagar e contas a receber em moeda estrangeira e variações nas taxas de câmbio, principalmente o dólar norte-americano frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro do Grupo.

Em 30 de setembro de 2021, o Grupo possuía a seguinte exposição a moedas diferentes da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021 (US\$1,00 = R\$1,00)
Cientes no mercado externo	47.358	35.940	5,4388 \$
Fornecedores no mercado externo	(6.556)	(10.523)	5,4394 \$
Total da exposição cambial	40.802	25.417	

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo foram preparados quatro cenários de moeda estrangeira em relação à taxa de câmbio vigente em 30 de setembro de 2021, conforme demonstrado abaixo:

Saldos (moeda estrangeira)	Risco	Taxa	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Posição em 30/09/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Consolidado						
USD		5,4388	2,7194	4,0791	6,7985	8,1582
Cientes no mercado externo	USD	47.358	(23.679)	(11.839)	11.839	23.679
USD	USD	5,4394	2,7197	4,0796	6,7993	8,1591
Fornecedores no mercado externo	USD	(6.556)	3.278	1.639	(1.639)	(3.278)
Total das exposições		40.802	(20.401)	(10.200)	10.200	20.401

(iii) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros está associado ao valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuando devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Administração do Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultados, além de aplicar uma política que mantém os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas que considera projeções do CDI para avaliar eventuais necessidades de caixa futura.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	18	3.585	257.864	79.914
Empréstimos e financiamentos	-	(9.327)	(38.371)	(66.388)
Total da exposição à taxa de juros	18	(5.742)	219.493	13.526

Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e empréstimos, a qual o Grupo estava exposto na data base de 30 de setembro de 2021, foram definidos quatro cenários diferentes.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 30/09/2021	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
			(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
CDI		3,01%	1,51%	2,26%	3,76%	4,52%
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	257.864	(3.881)	(1.940)	1.940	3.881
Total		257.864	(3.881)	(1.940)	1.940	3.881

Empréstimos e financiamentos - consolidado	Indexador	Posição em 30/09/2021	Projeção despesas financeiras - um ano		Risco de aumento	
			Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
			(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)
CDI		3,01%	1,51%	2,26%	3,76%	4,52%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(38.371)	577	289	(289)	(577)
		(38.371)	577	289	(289)	(577)
		219.493	(3.304)	(1.651)	1.651	3.304

(iv) Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

a) Contas a receber de clientes

O Grupo minimiza seu risco de crédito pela venda fragmentada para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito, está refletido na rubrica “Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.

b) Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de risco (*ratings*) das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixa e equivalentes de caixa.

(v) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização e ou liquidação de seus direitos e obrigações.

A tesouraria do Grupo monitora continuamente as previsões de exigência de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, através da escolha de instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(vi) Gestão do capital

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo poderá rever a política de gestão de capital, a qual não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado.

Para o exercício findo em 30 de setembro de 2021, não houve mudança nos objetivos, políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2020.

28. Compromissos e garantias

Em 30 de Setembro de 2021 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.788, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal nº 0486287-42.2009.8.09.0103, que tramita perante a Vara de Fazendas Públicas da Comarca de Minaçu, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$ 4.456, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás;

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (iii) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.510, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado com a controlada Tégula;
- (iv) Seguro garantia, no montante de R\$ 487, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória nº 0068035-46.2015.4.03.6182 referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 12 de abril de 2021 a 12 de abril de 2026;
- (v) Seguro garantia, no montante de R\$ 7.409, junto a Pottencial Seguradora S.A. para amparar o Procedimento Administrativo nº 16306.000206/2009-81 referente a cobrança de débitos fiscais de COFINS, com vigência de 26 de outubro de 2020 a 26 de outubro de 2025;
- (vi) Seguro garantia, no montante de R\$ 361, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Simões Filho - BA), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021;
- (vii) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500;
- (viii) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$ 35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº. 0000883-76.2017.5.05.0101;
- (ix) Seguro garantia, no montante de R\$ 659, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Colombo - PR), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021;
- (x) Seguro garantia, no montante de R\$ 1.022, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Rio de Janeiro - RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2021;
- (xi) Fiança Bancária, no montante de R\$ 226, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário - FII o beneficiário, com vigência de 28 de janeiro a 28 de janeiro de 2022;
- (xii) Fiança Bancária, no montante de R\$ 1.744, junto ao Banco Daycoval para compra e venda de energia elétrica, sendo a TOMADORA, SAMA S.A MINERAÇÕES ASSOCIADAS, e a BENEFICIÁRIA, Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda, com vigência de 01 de março de 2021 a 25 de fevereiro de 2022;
- (xiii) Fiança Bancária, no montante de R\$ 39, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel de Centro de Distribuição - Fortaleza-CE, sendo a própria Eternit S/A a tomadora e Construtora Caribe Ltda o beneficiário, com vigência de 01 de julho de 2021 a 30 de junho 2023.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

Período findo em 30 de setembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

29. Subvenções governamentais

O Grupo possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

No período findo em 30 de setembro de 2021, os valores das subvenções governamentais totalizavam R\$ 23.594 (R\$ 7.759 em 30 de setembro de 2020), conforme descrito a seguir:

- (i) Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás - Fomentar. Nos períodos findos em 30 de setembro de 2021, o valor do benefício totalizou R\$ 6.251 (3T2021 não houve valores para esse benefício).
- (ii) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir. No período findo em 30 de setembro de 2021 e 2020 não houve valores para esse benefício.
- (iii) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. No período findo em 30 de setembro de 2021, o valor do benefício totalizou R\$ 2.184 (R\$ 1.375 em 30 de setembro de 2020).
- (iv) Zona Franca de Manaus - Incentivo - Crédito Estímulo. No período findo em 30 de setembro de 2021 um montante de R\$ 9.192 foi utilizado (R\$ 3.730 em 30 de setembro de 2020).
- (v) Zona Franca de Manaus - Incentivo - Crédito Presumido. No período findo em 30 de setembro de 2021, um montante de R\$ 5.967 foi utilizado (R\$ 2.654 em 30 de setembro de 2020).

30. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

O Grupo realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Amortizações partes relacionadas				
mútuos ativos x partes	-	81.304	-	-
relacionadas mútuos passivos				
Compensação Nota de Débito a				
Receber x Mútuo a Pagar	2.102	424	-	-
Amortização desconto de duplicata	-	(65.752)	-	(97.544)
Imposto de renda retido sobre				
mútuo	(73)	48	-	-
	<u>2.029</u>	<u>(16.024)</u>	<u>-</u>	<u>(97.544)</u>